

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 251333802019101115120

Processo 0820657-20.2019.8.23.0010 ☆ - (98 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais		Informações Adicionais		Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
Realces							
Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência							
Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória							
Filtros							
Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor de Justiça <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor							
Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/>							
Descrição: <input type="text"/>							
41 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 41							
500 por pág. 1							
Seq.	Data	Evento			Movimentado Por		
<input type="checkbox"/>	41	11/10/2019 11:51:20	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO	
			Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (18/09/2019)			Procurador	
		41.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2622135IMPUGNACAOAOAUDOPERICIALJUR01.pdf	Público		
	40	25/09/2019 11:53:06	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO	
			(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 25/09/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 36) JUNTADA DE LAUDO (18/09/2019) e ao evento de expedição seq. 37.			Procurador	
	39	25/09/2019 09:10:02	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			PAULO SERGIO DE SOUZA	
			(Pelo advogado/curador/defensor de Valdinete Santana dos Reis) em 25/09/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 36) JUNTADA DE LAUDO (18/09/2019) e ao evento de expedição seq. 38.			Advogado	
	38	20/09/2019 07:39:28	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			ALINE BLEICH SANDER	
			Para advogados/curador/defensor de Valdinete Santana dos Reis com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (18/09/2019)			Analista Judiciário	
	37	20/09/2019 07:39:28	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			ALINE BLEICH SANDER	
			Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (18/09/2019)			Analista Judiciário	
<input type="checkbox"/>	36	18/09/2019 22:16:48	JUNTADA DE LAUDO			VITOR PARACAT SANTIAGO	
			DECORRIDO PRAZO DE VALDINETE SANTANA DOS REIS			Perito	
	35	24/08/2019 00:05:08	(P/ advgs. de Valdinete Santana dos Reis *Referente ao evento (seq. 15) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(22/07/2019) e ao evento de expedição seq. 19.			SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/>	34	12/08/2019 10:08:56	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO	
			DECORRIDO PRAZO DE PERITO VITOR PARACAT SANTIAGO			Procurador	
	33	09/08/2019 00:07:41	(Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO *Referente ao evento (seq. 25) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE(26/07/2019) e ao evento de expedição seq. 26.			SISTEMA CNJ	
	32	06/08/2019 00:08:28	PRAZO DECORRIDO			SISTEMA CNJ	
			Sem Resposta - (Referente a(o) MANDADO determinado pelo evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(22/07/2019). Parte: Valdinete Santana dos Reis				
	31	02/08/2019 15:38:08	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			PAULO SERGIO DE SOUZA	
			(Pelo advogado/curador/defensor de Valdinete Santana dos Reis) em 02/08/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 15) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/07/2019) e ao evento de expedição seq. 19.			Advogado	
	30	02/08/2019 00:10:50	DECORRIDO PRAZO DE PERITO VITOR PARACAT SANTIAGO			SISTEMA CNJ	
			(Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO *Referente ao evento (seq. 15) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(22/07/2019) e ao evento de expedição seq. 20.				
	29	01/08/2019 22:56:05	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			VITOR PARACAT SANTIAGO	
			(Pelo Perito VITOR PARACAT SANTIAGO) em 01/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 25) JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (26/07/2019) e ao evento de expedição seq. 26.			Perito	
	28	31/07/2019 07:55:34	LEITURA DE MANDADO REALIZADA			ALINE BLEICH SANDER	
			MANDADO lido em 29/07/2019 - Referente ao evento de expedição (seq. 21) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (23/07/2019 08:03:41). Parte: Valdinete Santana dos Reis			Analista Judiciário	
<input type="checkbox"/>	27	30/07/2019 11:52:51	RETORNO DE MANDADO			CLEIERISSOM TAVARES E SILVA	
			Referente ao evento (seq. 21) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (23/07/2019 08:03:41). Parte: Valdinete Santana dos Reis			Oficial de Justiça	
	26	29/07/2019 09:53:38	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			ALINE BLEICH SANDER	
			Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE (26/07/2019)			Analista Judiciário	
<input type="checkbox"/>	25	26/07/2019 11:59:57	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO	
			Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/07/2019)			Procurador	
	24	25/07/2019 08:58:25	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			VITOR PARACAT SANTIAGO	
			(Pelo Perito VITOR PARACAT SANTIAGO) em 25/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 15) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/07/2019) e ao evento de expedição seq. 20.			Perito	
	23	23/07/2019 14:49:15	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO	
			(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 23/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 15) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/07/2019) e ao evento de expedição seq. 18.			Procurador	
	22	23/07/2019 14:19:49	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO			André Luiz Paulino da Silva	
			Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 21) em 23/07/2019 08:03:41. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: CLEIERISSOM TAVARES E SILVA. Parte: Valdinete Santana dos Reis			Servidor Central de Mandados	
<input type="checkbox"/>	21	23/07/2019 08:03:41	EXPEDIÇÃO DE MANDADO			ALINE BLEICH SANDER	
			Prazo de 5 dias úteis. Referente ao evento (seq. 15) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(22/07/2019 13:23:42). Natureza: Intimação. Parte: Valdinete Santana dos Reis. Identificador do Cumprimento: 0001.			Analista Judiciário	
	20	23/07/2019 08:00:38	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			ALINE BLEICH SANDER	
			Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/07/2019)			Analista Judiciário	
	19	23/07/2019 08:00:34	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			ALINE BLEICH SANDER	
			Para advogados/curador/defensor de Valdinete Santana dos Reis com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/07/2019)			Analista Judiciário	
	18	23/07/2019 08:00:33	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			ALINE BLEICH SANDER	
			Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (22/07/2019)			Analista Judiciário	
	17	23/07/2019 08:00:15	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA			ALINE BLEICH SANDER	
			Perito Oficial: VITOR PARACAT SANTIAGO habilitado até 31/10/2019 (100 dias)			Analista Judiciário	
<input type="checkbox"/>	16	23/07/2019 07:59:37	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO CANCELADA			ALINE BLEICH SANDER	
			Audiência cancelada			Analista Judiciário	
<input type="checkbox"/>	15	22/07/2019 13:23:42	PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE			ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES	
			JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO			Magistrado	
<input type="checkbox"/>	14	22/07/2019 08:39:00	Em cumprimento à citação de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO	
			CONCLUSOS PARA DESPACHO			Procurador	
	13	19/07/2019 09:11:15	Responsável: ANGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES			ALINE BLEICH SANDER	
			JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE			Analista Judiciário	
<input type="checkbox"/>	12	18/07/2019 15:54:56	Cumprimento de intimação - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (05/07/2019)			PAULO SERGIO DE SOUZA	
			LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA			Advogado	
	11	18/07/2019 14:59:32	(Pelo advogado/curador/defensor de Valdinete Santana dos Reis) em 18/07/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6)			PAULO SERGIO DE SOUZA	
						Advogado	



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08206572020198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDINETE SANTANA DOS REIS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NUK8498**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

DA EXISTÊNCIA DE TRATAMENTO CAPAZ DE REDUZIR A LESÃO - LAUDO INCONCLUSIVO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que se contradiz quando gradua uma invalidez que seria permanente, mas aponta que ainda existe medida de reabilitação.**

Conforme se observa o laudo pericial produzido aponta claramente a existência de fisioterapia como tratamento indicado para o caso da vítima:

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☒ sim ☐ não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s)

fisioterapia

Cumprе ressaltar, que a afirmação de uma invalidez permanente e seu grau só pode ocorrer quando não houver meio capaz de ao menos amenizar as sequelas decorrentes do acidente, mas mesmo sabedor deste fato o perito achou por bem anotar uma invalidez, o que não se mostra razoável.

Assim, em que pese a indicação da invalidez e sua repercussão, há inequívoca possibilidade de amenização das sequelas.

Na hipótese, o laudo **não elucida, o percentual da redução final da invalidez conforme** tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece que nos casos de invalidez parcial incompleta, será realizado o enquadramento da perda anatômica ou funcional, **quicá porque o autor ainda encontra-se em tratamento, podendo haver a recuperação completa da lesão.**

A jurisprudência deste Tribunal é pacífica ao inadmitir indenização quando o autor deixa de provar o ônus que lhe compete, consoante é possível aferir do julgado a seguir listado:

“PELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ÔNUS DA PROVA. Deve ser julgado improcedente o pedido de cobrança de indenização advinda do seguro obrigatório quando o autor não colaciona aos autos prova hábil do grau da incapacidade advinda da lesão permanente. Incidência da regra descrita no art. 333, I, do CPC.

(TJ-MG - AC: 10116120033158001 MG, Relator: Cláudia Maia, Data de Julgamento: 12/06/2015, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/06/2015)).”

Não é outro o entendimento do Tribunal de Goiás, *in verbis*:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR NÃO DEMOSTRADO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO EXORDIAL. PERÍCIA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. 1- À medida do grau de interesse das partes em comprovar seus fundamentos fáticos, o Código de Processo Civil dividiu o ônus probatório: toca ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos e extintivos. 2- Não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, a improcedência do pedido exordial é medida que se impõe. 3- Regularmente designada perícia médica e, não tendo o autor diligenciado no sentido de comparecer, mesmo regularmente intimado, configura-se seu desinteresse processual na produção de prova que lhe compete. 4 APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, MAS DESPROVIDA. (TJGO, Apelação Cível nº 01362644320158090011, 4ª Câmara Cível, Relatora: Des. Elizabeth Maria da Silva, Julgado em 15/09/2016).”

Dessa forma, existe óbice intransponível ao julgamento da demanda no estado em que se encontra, visto que a vítima ainda necessita realizar procedimento fisioterápico capaz de amenizar as sequelas, pois se assim não fosse sequer haveria tal indicação, portanto, não há que se falar em invalidez permanente, muito menos como precisar o percentual de invalidez que permanecerá em caráter permanente, já que o tratamento vista justamente a redução das sequelas advindas decorrentes da lesão.

Dessa forma, requer o julgamento da ação pela total improcedência dos pedidos.

Caso assim não entenda, requer a intimação do perito para que esclareça os pontos levantados.

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO - SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

(ENQUADRAMENTO EQUIVOCADO DA LESÃO DIANTE DA TABELA)

Por último, caso superadas as teses de defesa, fato que precisa ser considerado é que a gradação deverá considerar a efetiva invalidez a que restou acometida a vítima, devendo ser observado que somente foi atingido o tornozelo, de maneira que o enquadramento da lesão deve ser feito conforme previsão da tabela para este seguimento.

No entanto, FOI INDICADA UMA GRADAÇÃO PARA TODO O MEMBRO INFERIOR, fazendo-se crer que todo o membro tenha restado inválido, o que não é verdade.

Verifica-se, em verdade, um verdadeiro equívoco por parte do perito ao indicar o enquadramento da lesão na tabela considerando todo o membro quando na verdade somente se observou que a lesão limitou-se ao **tornozelo**, mas o perito acabou por indicar uma invalidez mais abrangente do que aquela apontada na documentação médica.

O próprio laudo é claro ao indicar maneira abrangente a região da lesão, que seria o MEMBRO, mas especifica a lesão com fratura do tornozelo:

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

limitação de flexão do tornozelo esquerdo.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais	Valor da Indenização
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	das Perdas	
Perda completa de mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25	R\$ 3.375,00

Repercussão	Valor da Indenização
50% (grau médio)	R\$ 1.687,50

Sendo assim, na remota hipótese de condenação o valor deverá ter em vista o enquadramento da lesão conforme tabela bem como considerar o grau de repercussão da lesão, conforme calculo apresentado acima.

Caso assim não entenda, que o perito seja intimado a fim de esclarecer os pontos levantados refazendo o laudo conforme efetiva lesão sofrida.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 7 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR